

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Direitos Humanos**

#### **Local visitado: Ocupação Vila Esperança, em Belo Horizonte**

#### **Apresentação**

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 15.058/2025, de autoria da deputada Andréia de Jesus, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 8/8/2025, a Ocupação Vila Esperança, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar as demandas dos moradores relativamente à garantia de seus direitos urbanos.

A deputada Andréia de Jesus realizou a visita, acompanhada de Pedro Farah Roussef, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Rossana Cristina Reis Lara, chefe da Divisão de Assistência e Assessoria Técnica da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel; Reinaldo da Silva Lucas, gerente de Informações Técnicas de Empreendimentos da Sudecap; Pastor Hélio Andrade e Bruna Martins, assessores do vereador Pedro Farah Roussef; Sandra de Abreu e Lucimara dos Santos Silva, líderes comunitárias; além dos seguintes moradores: Geisa dos Reis Barbosa; Gleid Kenio Leão Mendes; Junio Santos; Rafael Silva; Iêda Gil dos Santos; Zildo de Oliveira; José Raimundo; Wildiley Júnior; Horácio; Elenice Aparecida do Carmo; Lucimara dos Santos Silva; Katia Cristina Dias Gonçalves; Andreia Reis Ramos; Alessandra Carvalho Aguiar; Ariadne Yara Dias Lopes; José Santos; Rodrigo dos S. B.; David Rafael; Evanildes Santos; Aniele Silva de Jesus; Paula Oliveira Santos; Manoel Messias Gonçalves da Silva; Aline Batista dos Santos; Zildo de Oliveira; Vítor Borges; Renato Pereira dos Santos; José Emiliano da Silva; Natália Santos Costa; Maurício Moreira dos Santos; Lucélia Rosa da Fonseca; Alessandra Carvalho; Ayara Soares Moreira; Maura Moreira dos Santos; Paulo dos Santos Nogueira; Josinei Santos Ferreira; Jailson Silva de Jesus; Linderlaine Martins da Silva.

## **Relato**

Cabe esclarecer inicialmente alguns pontos e conceitos para melhor entendimento deste relatório, conforme detalhado a seguir.

- Em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no dia 5/8/2025, os moradores solicitaram regularização e urbanização da Ocupação Vila Esperança.
- Zona Especial de Interesse Social – Zeis – é um instrumento de política urbana utilizado em cidades brasileiras para promover moradia digna para a população de baixa renda, por meio de regularização fundiária, recuperação ambiental e construção de habitação de interesse social.
- Áreas de Especial Interesse Social – Aeis – são áreas definidas pelo poder público com o objetivo de promover a produção e manutenção de moradias de interesse social, especialmente para a população de baixa renda.

A deputada Andréia de Jesus destacou que a visita objetivava verificar diretamente com os moradores as demandas e carências do local. A deputada e os presentes iniciaram a visita na divisa entre a Vila Calafate, uma ocupação mais antiga, e a Vila Esperança, ocupação que teve início em 2012. Enquanto todos percorriam a rua principal da Vila Esperança, as líderes comunitárias mostravam as condições do local e falavam das demandas e dos problemas vivenciados pelos moradores. De acordo com elas, a ocupação foi iniciada por mulheres e o local estava abandonado e sem cumprir sua função social, sendo utilizado para descarte de lixo, com muito mato, além de ratos, escorpiões e cobras. Limparam o terreno e iniciaram a ocupação com casas de madeira. A ocupação foi crescendo e se solidificando, e hoje conta com mais de 280 famílias em casas de alvenaria.

Explicaram que existe um processo de reintegração de posse, solicitado pelo Serviço Social da Indústria – Sesi –, que está em andamento desde 2014 e que sempre que há movimentação do processo, sofrem com a tensão e o medo de terem que sair do local.

Informaram que a rede de esgoto, implantada pela Copasa no início da ocupação por força judicial, não comporta mais todos os moradores. Há ruas com

esgoto a céu aberto, onde as pessoas passam para trabalhar e as crianças brincam. Além disso, a rede de água também não é adequada e não existe rede pluvial. A Cemig não implantou a rede elétrica, as ruas não possuem iluminação e a energização das casas é improvisada, por meio de ligações irregulares, deixando a fiação exposta e com riscos de incêndio. Com relação à coleta de lixo, disseram que o caminhão não passa em todas as ruas, e por isso há acúmulo de lixo em alguns locais.

Contaram que os moradores sofrem muito no período chuvoso, pois a rua principal alaga quando há transbordamento do Ribeirão Arrudas, que fica próximo ao local, o que dificulta, ou até mesmo impossibilita, o deslocamento dos moradores. As crianças ficam sem ir à escola e as vans que buscam moradores com necessidades especiais não chegam nas casas, gerando muito transtorno a todos. Além disso, a falta de rede de esgoto causa sérios problemas de saúde.

Por fim, solicitaram que a Prefeitura de Belo Horizonte – PBH – execute a regularização fundiária e a urbanização do local, para que possam ter a tranquilidade de permanecer ali, com uma estrutura que forneça qualidade de vida digna aos moradores.

Rossana Cristina Reis Lara, chefe da Divisão de Assistência e Assessoria Técnica da Urbel, explicou que a companhia atua somente em áreas consolidadas, com previsão de intervenção estruturante, ou seja, classificadas como Zona Especial de Interesse Social – Zeis. Porém, a área atualmente está classificada como Área de Especial Interesse Social – Aeis. Explicou que a falta de segurança jurídica causada pelo processo de reintegração de posse e a possibilidade de construção de uma bacia de retenção hídrica no local dificultam a realização de projeto de intervenção urbanística, que antecede a regularização fundiária.

Reinaldo da Silva Lucas, gerente de Informações Técnicas de Empreendimentos da Sudecap, informou que foi realizado estudo preliminar, há mais de dez anos, indicando que o local onde a ocupação está é o melhor para a construção de uma bacia de retenção hídrica, que visa resolver os problemas de alagamentos frequentes na região. Porém, destacou que novos estudos são necessários para realizar o projeto e, para tal, há necessidade de captação de recursos, mas não há previsão para isso. Portanto, a intervenção urbanística na área depende da definição do projeto da

bacia de retenção, tendo em vista que se a pavimentação for realizada, a comunidade vai continuar sofrendo com inundações.

O vereador Pedro Farah Roussef, que ressaltou estar buscando uma solução para os problemas dos moradores junto à PBH, pediu que todos caminhassem até a Rua Bimbarra, paralela à rua principal da Vila Esperança, a mais antiga da região e que não faz parte desta ocupação, para que pudesse ficar registrado que aquela rua também não tem pavimentação nem rede pluvial. Destacou que estão se mobilizando para que a PBH desaproprie o local e providencie a pavimentação, pois as pessoas já consolidaram sua vida no local. Além disso, frisou que há também a possibilidade de o local ser usado para a ampliação da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, o que precisa ser esclarecido.

A deputada Andréia de Jesus destacou, então, que seria essencial a PBH reivindicar a área do Sesi, para, assim, os moradores definirem, em conjunto com a Prefeitura, as melhores estratégias para a estruturação do local, relacionadas a saneamento, pavimentação, mobilidade e todas as estruturas necessárias para oferecer aos moradores, que já estão no local há tantos anos, uma vida digna; ou ainda, se for o caso, para que se apresente um projeto alternativo de moradia para as famílias. Ao final da visita, a parlamentar solicitou aos representantes da PBH que garantam aos moradores pelo menos os direitos básicos, como o acesso à água potável, ao saneamento básico, à iluminação pública, à coleta regular de lixo e à segurança.

### **Conclusão**

A Comissão de Direitos Humanos cumpriu a finalidade da visita, tendo verificado as demandas dos moradores da Ocupação Vila Esperança relativamente à garantia de seus direitos urbanos.

Como desdobramento da visita, a deputada Andréia de Jesus sugeriu encaminhamentos que foram formalizados por meio de requerimentos<sup>1</sup> com os seguintes pedidos de providências:

1 Requerimentos de Comissão nºs 16.995 a 16.999/2025, aprovados na 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 10/9/2025.

- à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – para instalar rede pluvial e rede de abastecimento de água e para expandir e realizar a limpeza da rede de esgoto existente na Ocupação Vila Esperança, no Bairro Calafate, em Belo Horizonte;
- à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – para instalar rede de energia elétrica na Ocupação Vila Esperança, no Bairro Calafate, em Belo Horizonte;
- à Superintendência de Limpeza Urbana – SLU – para recolher o lixo de maneira mais eficiente e eficaz em todas as ruas da Ocupação Vila Esperança, no Bairro Calafate, em Belo Horizonte, tendo em vista o grande acúmulo de lixo no local e os consequentes riscos de doenças e outros agravos para os moradores da região;
- à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte para realizar o cadastro das famílias em situação de vulnerabilidade social da Ocupação Vila Esperança, no Bairro Calafate, em Belo Horizonte;
- à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte para realizar o cadastro das famílias que necessitam de atendimento especial na Ocupação Vila Esperança, no Bairro Calafate, em Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2025.

Andréia de Jesus, relatora.